ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p454

EXPERIÊNCIAS DOS MILITANTES DE ESQUERDA ARMADA NOS CÁRCERES CEARENSES (1971-79)

EXPERIENCES OF MILITANTS OF THE ARMED LEFT IN PRISONS IN CEARÁ (1971-79)

EXPERIENCIAS DE IZQUIERDISTAS ARMADOS EN PRISIONES CEARENSES (1971-79)

José Airton de Farias[1], [2]

RESUMO

Após o insucesso da guerrilha, prisão e condenação pela Justiça Militar, os militantes da esquerda armada no Ceará tiveram que cumprir suas penas no Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS). Ali, durante os anos 1970, os revolucionários, vistos como "terroristas", mantidos à parte dos demais presos e alvos da atenção da ditadura militar, tiveram de enfrentar novos desafios. Buscaram brechas, fissuras, criaram espaços, usaram de estratégias e táticas dentro da estrutura autoritária imperante, no fito de garantirem melhores condições de sobrevivência. Buscamos neste artigo entender compreender como e por que as experiências cotidianas e relações entre os próprios

[1] Doutorando em História Social/Contemporânea pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e mestre em História Social e bacharel em direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Graduação em história pela Universidade Estadual do Ceará e em Direito pela Universidade Federal do Ceará. Autor de mais 20 livros didáticos e paradidáticos de história a exemplo de A Ditadura Militar Brasileira de 2008, Ceará, Nossa História pela editora Moderna em 2011 e Uma História das Copas do Mundo Vol 1 e 2 em 2014. É professor na Secretaria da Educação Básica do Ceará, (SEDUC). E-mail: airtondefarias@yahoo.com.br.

[2] Endereço de contato com o autor (por correio): Universidade Federal Fluminense (UFF). R. Miguel de Frias, 9 - Icaraí, Niterói – RJ.

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p454

militantes de esquerdacontribuíram para a reconstrução dos projetos políticos e identidades daqueles revolucionários após a derrota da luta armada. A solidariedade e o apoio mútuo marcaram as relações entre os presos políticos, expresso na organização dos chamados coletivos, tradicional prática das esquerdas na prisão. Não obstante os apoios mútuos, aconteceram também atritos entre os presos políticos, como se deu na greve de fome de 1974, a primeira realizada no IPPS.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura militar, presos políticos, Ceará.

ABSTRACT

After the failure of the guerrilla, imprisonment and condemnation by the Military Justice, the militants of the armed left in Ceará had to fulfill their sentences in the Criminal Institute Paulo Sarasate (IPPS). There, during the 1970s, revolutionaries, seen as "terrorists", kept apart from the rest of the prisoners and targets of the military dictatorship's attention, faced new challenges. They searched for gaps, fissures, created spaces, used strategies and tactics within the prevailing authoritarian structure, in order to guarantee better conditions of survival. We seek to understand how and why the daily experiences and relations between leftist militants contributed to the reconstruction of the political projects and identities of those revolutionaries after the defeat of the armed struggle. Solidarity and mutual support marked the relationship between political prisoners, expressed in the organization of the so-called collective, the traditional practice of the left in prison. Notwithstanding mutual support, there were also frictions between political prisoners, as was the case at the 1974 hunger strike, the first at the IPPS.

KEYWORDS: Military dictatorship, political prisoners, Ceará.

RESUMEN

Tras el fracaso de la guerrilla, detención y condena por el tribunal militar, los militantes de la izquierda armada en Ceará tenían que cumplir sus penas en el Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS). Allí, durante la década de 1970, el

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p454

revolucionario, visto como "terroristas", mantenido separado de otros presos y se dirige a la atención de la dictadura militar, tuvo que enfrentarse a nuevos retos. Ellos buscaban huecos, grietas, espacios creados, estrategias y tácticas utilizadas dentro de la estructura autoritaria que prevalece, el objetivo de garantizar mejores condiciones de supervivencia. Buscamos entender este artículo para entender cómo y por qué todos los días las experiencias y las relaciones entre ellos militantes esquerdacontribuíram para la reconstrucción de proyectos políticos y las identidades de esos revolucionarios después de la derrota de la lucha armada. Solidaridad y relaciones de apoyo mutuo marcadas entre los presos políticos, expresado en la organización del colectivo llamado, la práctica tradicional de la izquierda en la cárcel. A pesar del apoyo mutuo también pasó la fricción entre los presos políticos, como ocurrió en la huelga de hambre 1974, la primera celebrada en IPPS.

PALABRAS CLAVE: dictadura militar, los presos políticos, Ceará.

Recebido em: 22.01.2017. Aceito em: 26.03.2017. Publicado em: 01.04.2017.

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p454

O IPPS e os presos políticos cearenses

A 15 de agosto de 2013, a Secretaria de Justiça do Ceará concluiu o processo de desativação do Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS), com a transferência dos últimos 290 presos para outras unidades prisionais situadas na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). Conforme a imprensa, a desativação deu-se pela precariedade da infraestrutura do IPPS a e violação constantes de direitos humanos (Tribuna do Ceará, 2013). Celas semidestruídas e a superlotação eram problemas, afora as fugas e revoltas dos internos, como a ocorrida em 1994, quando foi feito refém o então arcebispo de Fortaleza, Dom Aloísio Lorscheider (O Povo, 2014).

Um ano antes da desativação do IPPS, acontecera uma cerimônia na qual foi descerrada uma placa simbolizando um pedido formal de desculpas do governo do Ceará aos ex-presos políticos mantidos encarcerados no presídio na década de 1970. Presentes, a secretaria da Justiça e Cidadania do Ceará, Mariana Lobo, o secretário Nacional de Justiça do Ministério da Justiça, Paulo Abrão, membros da Comissão Estadual de Anistia Wanda Sidou e vários ex-presos políticos. A inauguração da placa integrava as comemorações pelos 33 anos da decretação da Lei Nº. 6.683, de 28 de agosto de 1979, a chamada Lei da Anistia, e pelo pagamento simbólico de indenizações aos anistiados cearenses, que tiveram processos deferidos em 2008 e 2009 (Diário do Nordeste, 2014).

A própria inauguração da placa deixava transparecer um fato pouco conhecido dos cearenses, o de que o IPPS também fora um presídio político, local onde estiveram encarcerados os inimigos da ditadura civil-militar que vigorou no Brasil entre 1964-85. Assim, o descerramento daquela placa denotava o presídio como um sítio de consciência, seguindo a definição de

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p454

Marcia Cristina Hernández Briones (2015), ou seja, um lugar de memória usado como ferramenta pedagógica, capaz de informar sobre certos eventos traumáticos que impactaram a humanidade e que igualmente contribuiu para a educação de direitos humanos e reparação simbólica.

Ante a estrutura autoritária da ditadura e do sistema carcerário, os presos políticos do IPPS, especificamente os militantes da esquerda armada, buscaram brechas, fissuras, criaram espaços, desenvolveram novas práticas, usaram de estratégias e táticas no fito de garantirem sua sobrevivência. Tendo como referência o pensamento do historiador francês Michel de Certeau (2004), buscamos nas experiências cotidianas e relações entre os presos políticos, seus familiares e outros atores sociais do IPPS, como agentes prisionais, dirigentes e presos comuns, elementos que denotem práticas importantes para os revolucionários recriarem seus projetos políticos e identidades pessoais, após a derrota da luta armada no começo da década de 1970.

O Instituto Penal Paulo Sarasate foi inaugurado oficialmente a 12 de setembro de 1970, inconcluso, no final do governo cearense de Plácido Aderaldo Castelo (1966-70). Está situado às margens da BR-116, próximo à cidade de Itaitinga, no município de Aquiraz – à época da inauguração, um distrito do antigo Município de Messejana. Paulo Sarasatehavia sido professor e jornalista, fundador, em 1928, do jornal *O Povo*, ainda hoje em circulação como um dos maiores periódicos da capital cearense. Nascido em 1908, Sarasate destacara-se na política local, tornando-se um dos principais líderes da UDN (União Democrática Nacional) e sendo eleito governador do estado para um mandato entre 1955 e 1958. Apoiaria o golpe de 64, gozando de boas relações com o primeiro presidente militar, nascido no Ceará, Marechal Castelo Branco. Poderia ter até voltando a ocupar o cargo de governador em 1966, mas acabou

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p454

preterido, por seu delicado estado de saúde. Não obstante, indicou um aliado, influenciável, para o cargo, o então obscuro deputado estadual Plácido Castelo. Sarasate faleceria em 1968 (MOTA, 1997; SARAIVA. 2012). Assim, não surpreende a homenagem feita por Plácido Castelo ao mentor Paulo Sarasate, dando o nome deste a uma das principais obras de sua gestão.

O IPPS, em sua inauguração, contava com nove blocos de prédios (P), cujas denominações apontavam as funções de cada um desses prédios e algumas das atividades diárias a ser desenvolvida pelos internos em conjunto, conforme as ordens e determinações da equipe dirigente. Tinha-se o Prédio 1 (P1), ocupado pela administração do presídio. No P2, a Enfermaria. P3, escola e biblioteca. P4, auditório. P5, segunda companhia da Policia Militar do Ceará. P6, estação abaixadora. P7 e P8, pavilhões dos presos. P9, rancho, lavandaria e oficina. Ainda havia um campo de futebol e áreas de banho de sol, para o "recreio" dos presos. Os grandes pavilhões dos internos, P7 e P8, apresentavam dois andares cada um. Num andar havia quatro corredores de celas, chamados de "ruas". No total, por pavilhão, existiam oitos "ruas", nomeadas por ordem alfabética (no "P7", de "A" a "H" e "P8", de "I" a "P"). Havia ao centro do andar uma área livre, chamada de "jaula", com a escadaria de acesso e onde normalmente ficavam funcionários. Dessa "jaula", então, se observaria as duas "ruas" do lado direito e as duas "ruas" do lado esquerdo. As "ruas" contavam com 25 celas cada uma, havendo, pois, 200 celas no "P7" e 200 no "P8". O IPPS possuía, assim, uma capacidade inicial para 400 internos. Sendo o presídio definido como de segurança máxima, cada cela deveria abrigar apenas um interno (NERES, 2015). Os presos políticos ficavam no pavilhão oito.

A construção do IPPS ocorreu num momento de explosão urbana de Fortaleza. Para se ter ideia dos números, em 1950, a capital cearense

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p454

apresentava cerca de 270 mil habitantes; em 1960, passou a ter 518 mil, num aumento de 90% da população em relação à década anterior; em 1970, os fortalezenses eram da ordem de 857 mil pessoas, num crescimento populacional de 63% (COSTA, 2007, p. 76.). Paralelamente, aumentou o processo de favelização da cidade, como incremento do crime organizado e do tráfico de drogas – maconha, sobretudo (FALCÃO, 2003). Assim, na óptica das autoridades, ante a precariedade da Cadeia Pública, fazia-se necessário uma nova instituição penitenciária para dar conta dessa realidade social que a cidade vivia.

Bem de acordo com o clima da construção de grandes obras da época do Milagre Econômico brasileiro (PARENTE, 2000), a inauguração do IPPS deu-se sob o discurso, tanto do governo como da imprensa, da modernização do Ceará, na perspectiva de mostrar o progresso e desenvolvimento da terra cearense, bem como de ofertar condições mais humanas e dignas aos presos. Em matéria de várias páginas na revista de circulação nacional,*O Cruzeiro*, de 3 de novembro de 1970, são enumeradas e analisadas, em tom grandiloquente, várias obras fundamentais realizadas pelo governo Plácido Aderaldo Castelo. Entre tais obras, que fariam do Ceará um "estado em desenvolvimento", como diz o título da matéria, estava o IPPS.

O Cruzeiro chama a atenção para a extensão de um quilometro da marulha do presídio e seus sete metros de altura, uma obra de alto custo e que "constituiria parte integrante da reforma a qual foi submetido o sistema penitenciário estadual". A matéria traz ainda uma foto colorida panorâmica do presídio, dando a entender qual colossal era a construção, com seus vários blocos de prédios e a extensão da muralha se sobressaindo. Não obstante, a panorâmica da foto talvez tenha a intenção de tentar "esconder" alguns

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p454

problemas, como a falta de pintura nos prédios e aparência de obra não concluída, com o que parece ser restos de barro, brita e resíduos. Um dos nossos entrevistados, Epifânio de Carvalho, funcionário do presídio por décadas, diria que o IPPS foi inaugurado inconcluso em 1970, sofrendo obras ainda nos anos seguintes, o que dificultava o funcionamento da instituição nos primeiros tempos. Isso explicaria por que o presídio só começou a receber internos realmente em 1971 e por que nos primeiros tempos aconteciam tantas fugas, como noticiava a imprensa.

Apesar do discurso de modernidade, humanização e preocupação com a recuperação do delinquente, acompanhando-se algumas matérias do mesmo periódico ao longo da década de 1970, se percebem as dificuldades de funcionamento do presídio e de ressocialização dos internos. As fugas seriam comuns, assassinato de presos em brigas internas, também, afora o consumo de drogas e certa negligência com a conservação das estruturas do prédio. Em outras palavras, não obstante o discurso dos governantes e imprensa, concretamente, no IPPS, o bem-estar das pessoas ali isoladas não se constituiria um problema de imediato para os estratos dominantes, se destacando mais sua função de proteger a comunidade contra perigos intencionais, ou seja, dos indivíduos que ameaçassem a ordem.

Renascidos do inferno

Seguindo tradicional classificação de Jacob Gorender (1999), houve dois tipos de prisões políticas durante a ditadura civil-militar, as de interrogatório e as de reclusão:

> O primeiro era o das instituições de interrogatório e formalização dos processos da fase policial: OBAN, DOI/CODI, CENIMAR, DEOPS, etc. O segundo tipo abrangia as instituições de reclusão onde os detentos

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p454

> aguardavam julgamento ou cumpriam pena (GORENDER, 1999, p. 250).

Como bem lembra Flávia Ribeiro (2007), ao se observar a produção historiográfica sobre a ditadura e mesmo os relatos de ex-presos políticos, percebe-se que é dada menos atenção às experiências e trajetórias dos militantes de esquerda quando do cumprimento das penas nas instituições de reclusão, como era o caso do Instituto Penal Paulo Sarasate. Isso permite entender quão traumático e marcante foi a passagem pelas instituições de interrogatório, onde, sistematicamente os agentes da repressão recorriam às práticas de torturas dos militantes que "caíam" (FICO, 2001). De modo geral, embora pudessem acontecer, as torturas de presos políticos não eram comuns nos presídios.

A diferença de tratamentos entre os dois tipos de prisão fica claro no relato de Aimberê Botelho do Amaral, ex-militante da ALN (Ação Libertadora nacional) e PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário) quando do relatório de seu pedido de indenização à comissão cearense de Anistia:

> Estive preso, por motivos políticos, do período de 16/julho/1970 a 29/março/1970. (...) No veículo que me levava para o 23 BC [23º Batalhão de Caçadores] fui espancado pelo cabo que liderava o grupo. (...) O oficial de ordenança e seu ordenança realizaram várias sessões de tortura buscando obter informações sobre meus contatos, incluindo choque elétrico. Ele teve ainda, no correr dos dias, a ajuda de dois agentes da polícia federal. Nesta ocasião, pensei que era chegado o meu fim. (...) Apenas trinta e três dias após minha prisão que recebi a visita, recebi a visita da Dra. Wanda Sidou, que havia sido nomeada minha advogada. (...) Alguns meses depois fomos transferidos, em uma grande operação militar, para o Instituto Penal Paulo Sarasate. A contrário do que temíamos, o tratamento no presídio foi bom. O diretor, embora fosse homem rude, não administrava nenhum tratamento violento aos prisioneiros (...).

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p454

Como se percebe pela declaração de Aimberê Botelho do Amaral, nas instituições de interrogatório, os militantes eram mantidos incomunicáveis, na prática, sequestrados, não tendo acesso a advogado e familiares. Estavam a dispor do arbítrio e da brutalidade dos agentes da ditadura. Em Fortaleza, foram muitos os casos de instituições desse tipo.

No Inquérito Policial Militar (IPM), instaurado pelo exército, em março de 1964, logo após o golpe, são contabilizado 229 detidos, trancafiados nos quarteis do 23 BC (23º Batalhão de Caçadores), da Polícia Militar e da 10ª Região Militar. Carlos Fico (2001) afirma que a intensidade da repressão variou durante a ditadura: passados os meses iniciais do golpe, o numero de punições diminuiu, com vários daqueles presos sendo libertos, embora, vale lembrar, a repressão continuasse. Em 1966, na capital cearense, um ferroviário, de ligações com o PCB, José Nobre Parente, foi morto numa delegacia local (ALMEIDA, 2009). Após o AI-5, de 13 de dezembro de 1968 e o período intenso de combate à luta armada (1968-74), ter-se-ia o auge da repressão, ainda segundo Carlos Fico (2001).

Em Fortaleza, nesse momento, aconteceria tortura de militantes de esquerda, afora aqueles locais citados, na Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), no DOI-CODI, no Departamento de Polícia Federal, na Escola de Aprendizes Marinheiros (EAM), no 10º Grupo de Obuzes (GO, atual 10º Grupo de Artilharia e Campanha, 10ºGAC), entre outros. Com os trabalhos da Comissão Estadual de Anistia Wanda Sidou, veio a público a existência de uma "Casa de Horrores", ou seja, um local clandestino de torturas, na zona rural de Maranguape, município próximo à capital cearense, onde igualmente presos políticos foram brutalizados, inclusive por agentes de repressão vindos do centro-sul (OLIVEIRA, 2009).

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p454

Após os interrogatórios e as sevícias, com a obtenção das informações tidas como suficientes pelos agentes da repressão para abrir o processo criminal, acontecia a comunicação oficial da prisão à Justiça Militar. A família, enfim, sabia do paradeiro do parente e os advogados poderiam ter acesso ao militante na instituição de interrogatório. Não raro, a data da prisão efetiva era alterada, a fim de esconder ou negar oficialmente o período detenção clandestina do militante e eventuais acusações de tortura. O guerrilheiro poderia, mesmo ainda respondendo ao processo, ser transferido para um presídio como o IPPS, onde aguardaria o julgamento pela Justiça Militar. Iniciava-se, pois, uma nova fase para o militante da esquerda armada dentro da estrutura prisional da ditadura.

Ir para o IPPS era sair do terror das torturas nas prisões de interrogatório. "Era como deixar o inferno e ir para o paraíso, renascer do Inferno", diria o ex-preso político José Machado. Entre quase todos os nossos entrevistados, adjetivos e definições parecidas foram usados para designar o tratamento que receberam no presídio em relação às fases anteriores de prisão. Seviciados que foram, os presos políticos, num imediatismo compreensível, aliviavam-se por não sofrerem mais torturas no IPPS. Alívio também por estarem vivo. Sabiam da possibilidade real de terem sido mortos nas instituições de interrogatório, destino trágico de vários de seus companheiros. Isso, porém, estava longe de significar tranquilidade, pois ali os desafios seriam outros.

Reencontros

Os primeiros presos políticos chegaram ao IPPS em 1971. Eram os militantes da Ação Libertadora Nacional, condenados à prisão perpétua ou a longas penas em virtude do caso de São Benedito. Neste município cearense,

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p454

em agosto de 1970, militantes da ALN fizeram o "justiçamento" (morte de um "inimigo da revolução") do comerciante José Armando Rodrigues. O negociante era acusado de ter uma relação com os nomes de membros da organização revolucionária, ameaçando fazer a delação aos órgãos de repressão. Após o caso de São Benedito, a ALN foi desbaratada no Ceará, com a prisão de vários de seus membros (FARIAS, 2007). Os órgãos de segurança fizeram uma verdadeira operação de guerra quando da transferência dos guerrilheiros para o presídio.

> A transferência do 23 BC para o IPPS foi uma coisa meio exagerada [risos]. Erámos apenas quatro ou cinco presos. Fomos num caminhão. À frente, num jipe, o subcomandante do 23 BC. Vários, vários carros com soldados armados. Eles fechavam as ruas, todas as ruas, para o comboio passar. William Montenegro, ex-militante da ALN.

Esse rigor na segurança talvez indicasse o temor dos órgãos de segurança quanto a alguma ação de libertação dos militantes por organizações armadas. Por outro lado, a verdadeira espetacularização da transferência buscava mostrar a força do governo no combate a seus inimigos e deixar claro para a sociedade a periculosidade representada pelos "terroristas", uma ameaça séria à ordem social, sobre a qual a vigilância não deveria ter hesitações. Não foi coincidência, na conclusão do inquérito, a Polícia Federal ter pedido pena de morte para alguns dosprincipais envolvidos no Caso de São Benedito, o que foi atendido inicialmente pela Justiça Militar. Posteriormente, com recursos judiciais impetrados pela defesa dos militantes, a pena foi comutada em prisão perpétua (FARIAS, 2007).

No presídio novo, ainda com acabamentos a serem realizados, os guerrilheiros foram alocados nas "ruas" do pavilhão oito (P8). Ainda que nos anos seguintes ocorressem eventuais contatos com os presos comuns, nos

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p454

banhos de sol, nos jogos de futebol, etc., os revolucionários seriam mantidos à parte. Essa separação se vinculava à condição dos presos políticos, de ideias "subversivas" que poderiam "contaminar" outros detentos, bem como pela origem social dos militantes de esquerda, em geral, homens "estudados", de classe média, gente que não poderia se misturar com os internos comuns, "pretos e pobres". Nem quando prendia sues inimigos políticos, o Estado brasileiro deixava de evidenciar o caráter classista e étnico do sistema carcerário. Os militantes de esquerda ocupariam celas individuais no IPPS, ao contrário de outros presídios do Brasil, como Tiradentes (FREIRE, ALMADA, PONCE, 1997) e Itamaracá (CÔRTES, 2012). Mais ainda: segundo um de nossos entrevistados, Mário Albuquerque, por determinação da Auditoria da 10ª Circunscrição Judiciária Militar os guerrilheiros não se misturaram igualmente com os presos políticos de organizações que não abraçaram a luta armada, como o PCB (Partido Comunista Brasileiro).Por tais razões, fora alguns momentos de maior lotação, geralmente algumas celas das "ruas" dos presos políticos "terroristas" ficavam vazias.

O número de presos políticos variou muito ao longo dos anos. Não se sabe exatamente quantos deles no total ficaram trancafiados no IPPS. Os prontuários mantidos pela administração prisional foram queimados nas muitas rebeliões de presos comuns dos anos 1990, quando o presídio passou a sofrer com a superlotação (NERES, 2015). Pelos depoimentos dos entrevistados, o número de presos políticos, incluindo os não adeptos da luta armada, trancafiados nos primeiros anos, "eram cerca de 20 a 30 presos", um número que variou e foi diminuindo ao longo da década, pois muitos passavam apenas meses na espera do julgamento e eram absolvidos, enquanto outros, condenados, cumpriam as penas e deixavam o presídio.

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p454

Em estudo sobre prisões, manicômios, etc., o sociólogo canadense Erving Goffman(1974) afirma que era necessário deixar claro ao interno nos primeiros tempos a ruptura com o seu passado do mundo exterior, para que assim o preso se submetesse e se adequasse às normas, disciplinas e objetivos da penitenciaria. Tentam "enquadrá-lo" como uma peça na máquina administrativa do presídio. O interno tirava impressões digitais, recebia instruções acerca das regras locais, sabia qual será sua cela, etc. Os presos políticos, ao chegarem ao IPPS, eram recebidos por funcionários os quais expunham as regras básicas a serem obedecidas e seguidas. No caso dos primeiros guerrilheiros a adentrarem ao Paulo Sarasate, a recepção foi realizada pelo próprio diretor do presídio. Segundo o ex-militante da ALN, William Montenegro, o diretor falou sobre as regras da instituição e chegou mesmo a elogiar os "rapazes" que "eram boa gente", apenas estavam no "caminho errado", mas que dentro do IPPS iriam se "redimir de seus erros com a sociedade".

A seguir, então, os revolucionários sofriam rigorosa inspeção, mesmo tendo sido vistoriados quando da saída dos quarteis e prisões de interrogatório. Tal prática não deixava de ser igualmente uma ação de coação, de intimidação, um recado da estrutura prisional da ditadura, dando a entender que os presos políticos continuariam sob vigilância e controle. Após a inspeção, os presos iam para a secretaria do presídio, preenchendo uma ficha com dados pessoais e o porquê da prisão. Assinavam a ficha e faziam a identificação digitar, recebendo novas orientações sobre o funcionamento do presídio e sendo encaminhados, enfim, para as celas.

Os revolucionários deveriam se submeter às regras da instituição, como os demais internos, afinal, pelo menos no discurso oficial da ditadura, eram reconhecidos como criminosos comuns. A direção do IPPS, nos primeiros

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p454

tempos do presídio, buscava exigir o cumprimento rigoroso das regras. Pode-se entender esse rigor como um teste de obediência, de "quebrar" qualquer tendência de resistência que o novato trouxesse do mundo externo. Esses pressupostos foram confirmados por William Montenegro, ex-militante da Ação Libertadora Nacional (ALN):

> Nós éramos limitados dentro de uma galeria nos primeiros tempos. E não saíamos da galeria. Então, no começo era cela fechada, a galeria fechada e a cela fechada, fechada. Tínhamos um banho de sol, com policiais armados... Pro banho de sol era uma preparação, tinha polícia, entrava polícia, abria cela, era fila indiana (...).

Nas próprias "boas vindas" ao novato, os veteranos davam já dicas sobre como se portar no presídio. A recepção no pavilhão pelos demais revolucionários a um novato era calorosa, com abraços e sorrisos. Segundo o ex-militante Célio Albuquerque, existia um sentimento misto por parte dos internos nesse momento: "era ruim porque era mais um companheiro que está ali, preso, derrotado, não estando na ativa pela revolução. Mas era bom também porque quebrava a rotina. Para eles, a gente dizia como eram as coisas, como funcionavam dentro do pavilhão".

Não obstante, se o contato inicial e a convivência cotidiana serviam para que a direção do IPPS e os veteranos informassem aos novatos sobre as regras do presídio, por outro lado, possibilitavam aos presos políticos trocarem experiências, desenvolverem outras práticas e sentidos, que não aqueles desejados pela direção institucional. Por mais que os veteranos passassem as "regras da prisão" ao novato, também passavam informações sobre como contornar tais normas, escapar ou diminuir a estrutura autoritária carcerária e ditatorial. Pensamos que a convivência entre os presos políticos teria grande importância para a conservação de suas identidades e reelaboração de seus

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p454

projetos políticos. Ou seja, os internos tiveram desde o início na convivência entre si um mecanismo que lhes permitia o apoio mútuo e a estruturação de novas relações, práticas e identidades. Talvez, não por coincidência, para tentar evitar ou dificultar as relações sociais, a direção do presídio buscasse vetar as conversas entre os presos políticos e até com carcereiros e presos comuns, conforme revelou um ex-agente penitenciário do IPPS, Antônio Rodrigues.

Não deixava de ser uma grande ironia que o presídio, ao permitir a convivência dos presos políticos, acabasse contribuindo para a reconstrução das identidades e projetos políticos dos inimigos da ditadura. Derrotados, abatidos, torturados, com dúvidas quanto ao futuro e submetidos a regras rigorosas (de início, sobremaneira), os militantes da esquerda acabaram por reencontrar seus amigos companheiros de esquerda ali nos cárceres. Numa mescla de alívio e resignação, viam que "apesar de tudo", haviam sobrevivido ao "inferno" e que outros também o tinham. Podiam, enfim, trocar notícias, passá-las a familiares e amigos, angustiados com os sumiços de seus filhos e filhas, fossem em virtude dos sequestros dos órgãos de repressão, fosse pelo mergulho que os mesmos deram na clandestinidade ante o endurecimento do regime no final dos anos 1960. Lembremos que houve uma dispersão dos militantes pelo País, fossem fugindo das forças da repressão, fossem se deslocando para realizar ativismo político ou ações armadas. Depois, com as quedas, os militantes ficaram semanas, alguns, meses, trancafiados e isolados nas celas dos Dops e quarteis militares. Com o desbaratamento da luta armada, não apresentavam muitas informações sobre o que ocorrera com as organizações e muito menos qual o destino de seus companheiros – um cenário que os fragilizava psicologicamente, acreditamos. Isolados, sem acesso a jornais e televisão, talvez

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p454

nem soubessem direito o que se passava politicamente no Brasil nos últimos meses ou semanas anteriores à chegada ao IPPS.

Assim, o reencontro na prisão não deve ser desprezado em seu significado para os militantes. Mesmo com a direção do IPPS proibindo nos primeiros tempos conversas entre os internos, entre sussurros, nas celas e nos intervalos de banhos de sol, eles se inteirariam do que acontecera com outros militantes, quem tombara, quem fora torturado, quem eram os torturadores, quem virara delator. Havia mesmo um esforço para que os outros revolucionários soubessem o que lhes tinha acontecido. Estavam no presídio, é verdade, mas nada garantia que a ditadura não pudesse de novo torturá-los e eliminá-los. Temiam ainda pela vida. Não surpreende, pois, a carta mandada pelo militante Mário Albuquerque, preso na Casa de Detenção do Recife-PE, em 1972, para seu colega Fabiani Cunha, no IPPS, indagando sobre como eram as condições carcerárias no presídio cearense e onde estavam seus conhecidos.

Se saber o que havia acontecido com os demais militantes era um alívio, a presença dos companheiros significava a possibilidade de apoio mútuo para enfrentar os desafios com os quais se defrontariam no presídio e um amparo psicológico. A solidariedade e ajudas mútuas contribuiriam para levantar a moral daquelas pessoas que havia sofrido uma grande derrota política com as quedas e que estavam abaladas "por dentro e por fora", feridas com as torturas recebidas e a frustração de seus sonhos revolucionários. Fragilizados psicologicamente, agora, tinham uns aos outros para recuperarem-se, reconstruírem suas identidades e enfrentarem a realidade do IPPS, contornarem as regras da penitenciaria, romperem o isolamento, talvez, quem sabe, retomarem a luta.

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p454

O coletivo

O apoio moral e psicológico, o companheirismo, as ajudas mútuas, até a assistência na saúde, etc. não podem ser menosprezados em sua relevância para os militantes da luta armada dentro dos cárceres. Não por acaso, os primeiros presos políticos do IPPS buscaram logo estruturar um *coletivo*. A organização de coletivos era uma antiga prática das esquerdas nas prisões. Regina Célia Cardoso (2003) fala dos coletivos organizados nas prisões cariocas nos anos 1930 pelos militantes do PCB após o fracasso da chamada Intentona Comunista. O coletivo consistia, pois, numa instância de poder e de representação dos presos dentro do presídio, "cuja finalidade era a união em torno de princípios básicos de convivência, da defesa dos requisitos mínimos de sobrevivência na prisão e de resistência ao governo" (CARDOSO, 2003, p. 192).

O coletivo buscou organizar os presos políticos na intenção de permitir melhores condições de sobrevivência dentro do presídio. Organizou as turmas dos responsáveis pela limpeza do ambiente, pela cozinha, pelos grupos de estudos, os horários e funções a cumprirem, etc. Administrou os mantimentos mandados pelas famílias quando das visitas, mantimentos esses que seriam tidos como comuns e repartidos entre todos. Essa repartição era vital, pois havia presos políticos cujas famílias eram muito pobres ou estavam passando por necessidades financeiras em virtude da prisão dos maridos. Existiam igualmente internos cujas famílias moravam em outros estados ou no interior cearense e as visitas destas, trazendo algum mantimento, eram mais difíceis e raras. O coletivo organizou ainda as oficinas de artesanato, uma biblioteca e uma pequena farmácia, com alguns remédios de primeira necessidade. Estabeleceu mesmo as regras de convivência e respeito entre os presos políticos. Também foi a representação do grupo perante a direção do IPPS.

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p454

A convivência mútua e solidária, dentro do possível, o apoio aos companheiros, a organização de um coletivo para gerir as atividades dos presos políticos no IPPS chamavam a atenção dos presos comuns, que, porém, não conseguiam reproduzi-la. Ao que atribuir, então, aquela peculiaridade dos presos políticos? Essas práticas coletivistas não deixavam de ser, pelo menos naquele micro espaço, uma espécie de concretização dos ideais que moveram os revolucionários a pegarem em armas. Acreditamos que tais peculiaridades não podem ser desvinculadas da cultura política comunista dos militantes de esquerda armada. Rodrigo Patto Sá Motta define *cultura política* como:

> Um conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro (MOTTA, 2009: 21).

Assim, há uma cultura peculiar a diversas instituições e grupos, como os dos comunistas, que transcende as instituições partidárias. Não se desprezando as escolhas individuais, acreditamos que essa cultura política comunista precisa ser levada em conta para explicar e entender as práticas e ações políticas dos militantes da esquerda armada em seus cotidianos e na reconstrução das identidades e projetos políticos dentro do IPPS. Conforme Rodrigo Patto Sá Motta (2013, p. 22 e seguintes),a cultura comunista, a qual consideramos igualmente para a esquerda armada, foi marcada primordialmente pela ideologia política, que não se apresentava apenas como uma visão de mundo, um esquema coletivo de interpretação da realidade. Propunham uma imagem de Estado e de funcionamento da sociedade presente e futura, o que passou a conformar o pensamento, as ações e, no limite, a prática e identidade dos militantes. Dentre os valores e práticas interiorizados pelos militantes comunistas estava a humildade, a fidelidade e a obediência ao partido (ou à

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p454

organização), uma disciplina férrea, o respeito à hierarquia e normas de conduta, a exaltação dos líderes comunistas; havia a crença na razão, na ciência e no progresso, que tiraria os homens do atraso social e ignorância; havia um vocabulário próprio (*autocrítica, desbunde*, entre outros termos) e a crença na abnegação, com sacrifícios pessoais e familiares; enfatizava-se, ao mesmo tempo, o nacionalismo e o internacionalismo – pregava o combate ao imperialismo, em geral manifestado como antiamericanismo, e defenderia interesses tidos como nacionais. Partilhavam símbolos e rituais, como a cor vermelha e a comemoração do Primeiro de Maio, e exaltavam o universalismo, o laicismo e o igualitarismo, valorizando a educação como vetor capaz de disseminar valores de uma nova sociedade. Enfim, havia a aposta em um "novo homem", dotado de uma nova (e rígida) moralidade, que enfatizavam socialização dos bens materiais e o coletivismo como o melhor para a sociedade.

Dessa maneira, a solidariedade entre os presos políticos e as orientações do coletivo, que gerenciava as condutas (o modelo a ser seguido por todos), que dividia os mantimentos, que organizava o trabalho, que administrava os bens e representava os encarcerados perante a direção institucional do IPPS, etc., pareciam a materialização dos ideais daquele "novo homem", conforme a cultura comunista. Era uma experiência concretizada, ironicamente, pela cadeia, onde os revolucionários estavam trancafiados após a derrota da luta armada e do projeto de implantar o socialismo ou um governo popular. Dessa maneira, a cultura política comunista tem relevo para entender as práticas coletivistas e solidárias peculiares dos presos políticos nas brechas que abriam nas estruturas prisionais da ditadura.

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p454

Entretanto, não é realístico idealizar como perfeita a convivência e as ações dos militantes da esquerda armada no IPPS. Pelos depoimentos aos quais tivemos acessos, não deixaram de acontecer divergências e embates entre os internos, denotando as dificuldades, pois, na (re)construção das identidades e dos projetos político dos revolucionários. Essas discordâncias poderiam ter várias causas, como as tensões de convivência cotidiana por um longo período dentro de um mesmo ambiente; poderiam ter a ver com disputas políticas trazidas ainda da fase da luta armada entre as organizações revolucionárias; ou ainda das discordâncias acerca das construções dos novos projetos políticos ou das posições políticas dos guerrilheiros nos cárceres.

Divergências sucediam-se acerca da "natureza" do próprio coletivo. Deveria ser este apenas um órgão de representação dos presos, para a organização da rotina e melhoria das condições carcerárias? Ou seria um órgão de atuação política, entenda-se, de combate à ditadura, de reorganização da militância, de estudos e debates políticos, de denúncias do que se passava no País?

A referida divergência acerca da natureza do coletivo traria um sério problema de convivência para os internos em 1974, quando de uma greve de fome, a primeira feita pelos presos políticos do presídio. Um grupo de presos se recusou a aderir ao movimento.

Talvez em virtude da polêmica do assunto, entenda-se, a exposição de uma fratura dentro do coletivo, indo, pois, contra a memória construída dos presos unidos no presídio, alguns dos entrevistados tenham falado rapidamente do assunto ou não explicado exatamente o porquê da greve de fome e da divisão. Podem ser que de fato não soubessem, mas estranha-se que um

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p454

episódio como este, tão importante – a primeira greve de fome – tenha caído no “esquecimento”.

Olhando as várias pastas da Associação 64-68, encontramos um relatório do SNI (Serviço Nacional de Informação), agência de Fortaleza, sobre a greve dos presos políticos, datado de 4 de junho de 1974. O relatório, com carimbo de confidencial, informava o eventual motivo da greve, um atrito, acontecido a 27 de maio de 1974, entre o velho militante de origem portuguesa, José Duarte, ligado ao PCdoB, e o chefe da Guarda Penitenciaria, guarda José Marcílio de Farias. O guarda estaria cumprindo “suas obrigações”, ou seja, sendo rigoroso quanto aos horários dos recreios, funcionamentos de televisores e proibições de contatos e conversas entre os presos políticos das “ruas”. Duarte buscara falar com um dos presos da galeria vizinha, sendo advertido pelo guarda. O integrante do PCdoB teria, então, dito palavrões e ameaçado Farias. “Fora do presídio alguém tomaria providências a meu favor”, informa o relatório. Em consequência, José Duarte foi recolhido a sua cela, sendo mantido trancafiado e incomunicável (normalmente as celas eram abertas pela manhã, podendo os presos circular dentro das galerias). Papito de Oliveira (2009), em seu livro sobre a comissão cearense de Anistia, no trecho dedicado a José Duarte, apresenta outra versão para a greve, uma revolta dos presos contra a proibição do acesso a jornais e livros e os rigores nas revistas às pessoas que os visitavam o presídio.

Com isso, 13 dos 17 presos declaram-se em greve de fome, exigindo a revogação da punição de Duarte, chamada de “prisão celular”. O relatório diz que a Auditoria da 10ª Circunscrição Militar deu apoio ao diretor do IPPS, na intenção de “manter a disciplina no presídio”. Os presos em greve de fome receberam a mesma punição de Duarte, ou seja, foram trancafiados em suas

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p454

celas. Outro relatório do SNI, de 31 de maio de 1974, diz que a greve tinha como líderes, José Duarte, na "rua E", e Waldemar Rodrigues e Fabiani Cunha, na "rua H", este dois últimos ligados à extinta ALN.

Dos quatro presos políticos que não endossaram a greve de fome, um aguardava julgamento; outro estava na iminência de concluir a pena, sendo liberto no ano seguinte; um terceiro, de estado de saúde frágil, aguardava recurso judicial e também seria liberto em 1975, absolvido das acusações; apenas o quarto preso político tinha recebido uma condenação mais longa, mas constituía-se um dos que não eram bem quistos dentro do coletivo, acusado de "ter falado demais" quando da prisão. Percebe-se que os três primeiros talvez não quisessem criar problemas com a Justiça Militar por estarem na iminência de deixarem o presídio. O quarto talvez agisse em retaliação a eventuais restrições que sofria por parte dos demais presos.

O relatório do SNI informa ainda o esforço das autoridades para evitar que o assunto vazasse para a imprensa. Conforme Papito de Oliveira (2009), a greve duraria 10 dias, chegando ao fim graças à intermediação da Cúria Metropolitana de Fortaleza, então sob o comando do cardeal Dom Aloísio Lorscheider. As reinvindicações dos presos seriam atendidas. Dom Aloísio Lorscheider, conforme o depoimento de nossos entrevistados, foi lembrado várias vezes por apoiar as ações dos presos políticos dos IPPS.

O êxito da paralisação possivelmente favoreceu a posição daqueles que defendiam um coletivo privilegiando as ações políticas, em virtude do enfrentamento aberto com a direção do presídio, pois, através da greve, se obtiveram algumas melhorias dentro da estrutura carcerária. O episódio, entretanto, deixou rusgas, uma certa divisão, por algum tempo entre os revolucionários. Os que não aderiram à greve passaram a sofrer restrições por

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p454

parte dos outros militantes. Acabaram mesmo colocados em outra "rua" do Pavilhão oito, juntos com os novos presos recém chegados com as quedas do PCdoB (a "rua" inicial passara a ter todas as celas ocupadas). Surgiu, dessa maneira, um outro coletivo dentro do IPPS, por certo período. Posteriormente, na segunda metade dos anos 1970, quando vários presos passaram a deixar o presídio após o cumprimento das penas, os "terroristas" voltaram a ficar numa única ala do pavilhão, havendo a reunificação do coletivo.

Referências

AARÃO, Daniel. **A revolução faltou ao encontro**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
ALMEIDA, Nilton. **Os ferroviários na cartografia de fortaleza**: rebeldes pelos caminhos de ferro. 2009. 306 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

BRIONES, Marcia Cristina Hernandez Briones. **Sítios de Consciência, a memória e a comunicação.** Disponível em http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/10o-encontro-2015/gt-historia-da-midia-alternativa/sitios-de-consciencia-a-memoria-e-a-comunicacao/at_download/file. Consultado a 16/2/2017.

CARDOSO, Célia Pedroso. **Os signos da opressão**: história e violência nas prisões brasileiras. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa oficial do Estado, 2002.

CERTEAU, Michel de. ***A invenção do cotidiano***. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004.

CÔRTES, Joana Santos Rolemberg. **Dossiê Itamaracá**: cotidiano e resistência dos presos políticos da Penitenciária Barreto Campelo, na ilha de Itamaracá-PE (1973-79). 2012. 196 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica da São Paulo, São Paulo.

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p454

COSTA, Maria Clélia Lustosa da. **Fortaleza:** expansão urbana e organização do espaço. Im: SILVA, Borzachiello da. CAVALCANTE, Tércia Correia. DANTAS, Eustógio (organizadores). *Ceará*: um novo olhar geográfico. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

FALCÃO, Marcius Tulius Soares. **Duas cadeias, dois contextos, duas épocas**! 2003. 143f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza.

FARIAS, José Airton de. **Além das armas:** guerrilheiros de esquerda no Ceará durante a Ditadura Militar. 2007. 201f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

FICO, Carlos. **Como eles agiam.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaías; PONCE, Granville. **Tiradentes, um presídio da ditadura.** São Paulo: Scipione, 1997.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. São Paulo: Ática, 1999.

MOTA, Arodo. **História Política do Ceará (1945-85).** Fortaleza: Stylus Comunicações, 1985.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá, et al. **Culturas políticas na história**: novos estudos. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

NERES, Gabriela. **IPPS:** memórias encarceradas. 2015. 184f. Monografia (Graduação em Comunicação Social) – Faculdade 7 de Setembro, Fortaleza.

NIEL, Marcelo. **Anestesiologistas e uso de drogas**: um estudo qualitativo. 2006. 149 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola Paulista de Medicina, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo.

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p454

OLIVEIRA, Papito (org.). **Vozes silenciadas**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2009.

PARENTE, Francisco Josênio Camelo. **A fé e a razão na política**. Fortaleza: Edições UFC/Edições UVA, 2000.

RIBEIRO, Flávia Maria Franchini. **A subida do monte purgatório**. 2007. 243 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

SARAIVA, Ciro J. *Antes dos coronéis (1947-62)*. Fortaleza: ABC Editora, 2012.

Periódicos
Diário do Nordeste
O Cruzeiro
O Povo
Tribuna do Ceará